

III PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA (1985-1988)

Pedro Ivo Burato Nuernberg¹

Giani Rabelo²

Introdução

O Objetivo desse trabalho é analisar o Plano Estadual de Educação (1985-1988), elaborado durante o Governo Esperidião Amin (1983-1987). Na elaboração do Plano Estadual de Educação, o contexto de democratização incluiu movimentos sociais e as forças democráticas na participação e nas discussões sobre o referido documento que nortearia a educação catarinense, motivados pela esperança nacional de reinstauração da democracia.

Metodologia

Esta é uma pesquisa documental, baseada em fontes “primárias” e “secundárias”, composta por relatórios oficiais e de instituições, artigos de revistas especializadas, recortes de jornais, monografias, dissertações, teses, leis e decretos, anuários, além de documentos iconográficos, com ênfase ao Plano de Governo e ao Plano Estadual de Educação do período.

Resultados

Anteriormente ao Plano em questão, Santa Catarina contou com outros dois planos educacionais: I Plano Estadual de Educação (1969-1979); II Plano Estadual de Educação (1980-1983). Elaborados com bases diferentes do III Plano, os anteriores eram pautados em concepções tecnicistas, visava à melhora do ensino com o propósito de servir às necessidades de mão de obra da indústria catarinense.

No pleito eleitoral de 1982, reincorporando a votação para Governador, a maioria dos catarinenses optou por Esperidião Amin, representante conservador, ligado à oligarquia Konder-Bornhausen. Com atuação pautada pela “Carta dos Catarinenses”, Amin colocou como prioridade para seu governo “os pequenos”.

No setor educacional, a inclusão de movimentos sociais, do magistério e dos estudantes no processo de elaboração do PEE proporcionou um debate mais amplo. O Plano, apresentado no documento “Democratização da Educação – A Opção dos Catarinenses”, foi aprovado como Plano Estadual de Educação em 12 de Março de 1985, pelo Conselho Estadual de Educação. O Plano foi estruturado em seis áreas de atuação: Ensino; Assistência ao Educando; Organização e Participação Comunitária; Ecologia; Educação e os meios de Comunicação Social e Administração do Sistema.

Em suma, o Plano trouxe alguns avanços ao ensino catarinense, pôs fim ao avanço progressivo; propôs um plano de carreira para o magistério; escolheu os responsáveis pela administração das escolas e das UCRES (Unidades de Coordenação Regional) realizadas por meio de votação direta e secreta entre outros.

Considerações finais

Mesmo sendo um governo conservador, o plano construído no governo de Esperidião Amin deixou um legado de participação, reforçando a importância dos movimentos do magistério e dos estudantes nas discussões sobre educação, não sendo o governo o protagonista desse processo, teve função de simples aglutinação das forças democráticas.

Este trabalho apresenta uma investigação em andamento, oriunda do projeto de pesquisa intitulado “Desenvolvimento, Educação e Planejamento em Santa Catarina 1955 – 2010”, aprovado em 2014 no Edital MCTI/CNPQ/Universal 14/2014.